



Diferenças entre Grupos Beneficiados e não Beneficiados com Políticas de Ações Afirmativas: Uma Análise do Desempenho Acadêmico em Conteúdos Específicos de Contabilidade

Glaysson Aguilar de Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: glayssonaraujo@yahoo.com.br

Bruna Camargos Avelino
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: bcavelino@gmail.com

Carolina Silva Pena
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
E-mail: carolina.pena@ufop.edu.br

Iracema Raimunda Brito Neves Aragão
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: iracemaaragao@uefs.br

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em identificar quais as diferenças entre o desempenho acadêmico de estudantes que ingressaram no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com adesão a alguma política de ação afirmativa, observado em disciplinas específicas de Contabilidade, daquele apresentado por estudantes que não aderiram a nenhum tipo de ação afirmativa. As disciplinas analisadas estão relacionadas a estudos específicos acerca das Teorias da Contabilidade, tendo sido a amostra final composta por 737 estudantes em Contabilidade I, 654 estudantes em Contabilidade II, 627 estudantes em Contabilidade III e 573 estudantes em Contabilidade IV, que ingressaram no curso de Ciências Contábeis entre os anos de 2005 e 2019. Utilizou-se o teste de diferença de medianas de *Kruskal-Wallis* para cumprir com o objetivo proposto. Os achados indicam que, para a maior parte das disciplinas analisadas, não há diferenças entre o desempenho mediano de estudantes beneficiados com políticas de ações afirmativas em relação aos não beneficiados, o que sugere, para a amostra analisada, que a adoção de políticas afirmativas não afetou o desempenho dos discentes. No campo da educação, o estudo contribui ao aumentar as abordagens previstas na literatura, trazendo achados alicerçados empiricamente em uma base de dados sólida e explorada com técnicas estatísticas. Para pesquisas futuras recomenda-se uma análise com a proposição de modelos que agrupem disciplinas por conteúdos programáticos, com vistas a analisar separadamente cada núcleo de formação do curso de Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Disciplinas; Desempenho; Contabilidade.

Linha Temática: Pesquisa e ensino da contabilidade.



1 Introdução

Dados do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2019, apontam que, entre 2009 e 2019, a matrícula na educação superior aumentou 43,7% no Brasil. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas têm uma participação de 75,8% (6.523.678) no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública participa com 24,2% (2.080.146). No tocante à rede pública, a rede federal foi a categoria que apresentou maior crescimento no número de matrículas entre 2009 e 2019 (59,1%), o que denota o aumento gradativo na sua participação na rede pública ao longo dos anos (INEP, 2020a).

Em paralelo a esse crescimento do número de matrículas, há de se pontuar as políticas de ações afirmativas, as quais estão inseridas nesse cenário de expansão do ensino superior no Brasil (Nonato, 2018). Sob esse enfoque, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) contextualiza medidas representativas das referidas políticas:

[...] incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária (GEMAA, “O que são ações afirmativas?”, 2020).

No campo educacional, relacionado ao ingresso no ensino superior, destacam-se as políticas de bônus e cotas. Em geral, os programas de cotas mantêm a proporção entre o número de beneficiários e o número de vagas disponíveis para todos, o que permite variar o desempenho real dos grupos, um em relação ao outro. Já o bônus pode não garantir uma inclusão significativa dos beneficiários, a menos que os responsáveis pelos critérios dos processos seletivos façam uma adequação nas regras, de modo a garantir a inclusão de minorias que, de outra maneira, não se qualificariam (Feres Júnior, Campos, Daflon & Venturini, 2018).

Nesse cenário, Clève (2016) argumenta que as ações afirmativas constituem uma alternativa de correção das desigualdades naturais em sociedades atravessadas por disparidades de diversas ordens.

No ensino superior brasileiro, a evolução das políticas de ação afirmativa pode ser distinguida em dois momentos históricos. O primeiro momento teve início em 2001, com a adoção de cotas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e findou em 2012, com a promulgação da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a denominada Lei de Cotas, que impôs um modelo de ação afirmativa para todas as instituições de ensino superior e técnico federais. É relevante ressaltar que as universidades estaduais permanecem fora do alcance da supracitada Lei Federal, o que permite a aplicação de critérios próprios, ou até mesmo o critério do modelo federal (Feres Júnior *et al.*, 2018). Ressalta-se, ainda, que o primeiro programa de ação afirmativa baseado em um acréscimo de nota, sem reserva de vagas, implementado em uma universidade pública brasileira, foi o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), que teve início no vestibular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no ano de 2005 (Kleinke, 2006).

Apesar das universidades estaduais terem sido pioneiras na adoção de políticas de ação afirmativa, as universidades federais aceleraram a adesão dessas práticas, mesmo antes da Lei de Cotas (Feres Júnior *et al.*, 2018). Dentro dessa esfera federal, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aderiu à Lei de Cotas logo após a sua aprovação, encerrando políticas praticadas anteriormente de bônus (Nonato, 2018).

Especificamente, nesse contexto de expansão do ensino superior, destaca-se o ensino contábil. Dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior do ano de 2018, divulgados em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio



Teixeira (INEP), apontam o curso de graduação em Ciências Contábeis entre os vinte maiores cursos de graduação em número de matrículas no Brasil, figurando na quarta posição, estando atrás apenas dos cursos de Direito, Pedagogia e Administração. Tal fato ganha ainda mais relevância visto o crescimento contínuo do número de cursos ao longo do quadriênio 2015-2019, com destaque para o crescimento expressivo dos cursos a distância, tendo aumentado 50,7% de 2017 para 2018 (INEP, 2019, 2020b).

Alguns questionamentos podem surgir nesse cenário de crescimento da rede superior de ensino e das políticas de ações afirmativas. Weisskopf (2008) destaca que um elemento de considerável relevância para o êxito de uma ação afirmativa é a qualidade do desempenho acadêmico dos beneficiários nas instituições para as quais receberam alguma vantagem no acesso.

Diante desse diapasão, essa possível relação do desempenho acadêmico e das políticas de ações afirmativas tem sido explorada desde as primeiras políticas de bônus implantadas, até a mais recente lei federal, Lei de Cotas, com abordagens de diferentes contextos de cursos oferecidos por IES públicas brasileiras, contemplando períodos que variam entre os anos de 2005 e 2013, apresentando achados nem sempre convergentes (Golgher, Amaral & Neves, 2015; Queiroz, Miranda, Tavares & Freitas, 2015; Cavalcanti, 2015).

Todavia, destaca-se um desafio que se apresenta a quem pretende analisar o desempenho acadêmico: a sua forma de mensuração. Diferentes medidas vêm sendo utilizadas para determiná-lo, podendo haver uma variação a depender dos objetivos propostos. Algumas são mais simples, outras mais complexas, a saber: i) nota em um teste avaliativo; ii) nota em uma disciplina; iii) nota média do período; iv) média geral acumulada; e v) exames externos à instituição de ensino (Miranda, Lemos, Oliveira & Ferreira, 2015).

Nesse cenário, uma lacuna de pesquisa a ser preenchida diz respeito à forma de mensurar o desempenho acadêmico por meio das notas atingidas pelos estudantes em disciplinas específicas de Contabilidade, principalmente dentro do contexto de expansão e de mudanças ocorridas no ambiente educacional contábil nos últimos anos. Especificamente, esta pesquisa adotou como campo empírico a UFMG. Assim, a pergunta que motiva esta pesquisa é: ***Quais as diferenças entre o desempenho acadêmico de estudantes que ingressaram no curso de graduação em Ciências Contábeis da UFMG com adesão a alguma política de ação afirmativa, observado em disciplinas específicas de Contabilidade, daquele apresentado por estudantes que não aderiram a nenhum tipo de ação afirmativa?***

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é identificar quais as diferenças entre o desempenho acadêmico de estudantes que ingressaram no curso de graduação em Ciências Contábeis da UFMG com adesão a alguma política de ação afirmativa, observado em disciplinas específicas de Contabilidade, daquele apresentado por estudantes que não aderiram a nenhum tipo de ação afirmativa. Adicionalmente, como objetivo específico, buscou-se identificar e analisar as medidas de dispersão dos estudantes em cada disciplina analisada.

As pesquisas sobre desempenho acadêmico no ensino superior apresentam uma série de desafios e possibilidades analíticas para a melhor compreensão de elementos que possam se relacionar com o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, Barbosa Neto (2016) destaca que estudar aspectos relacionados à educação proporciona mecanismos e possibilidades de se averiguar como se encontra o processo educacional de um país, assim como pode colaborar para a geração de políticas estudantis que influenciem o desenvolvimento educacional.

2 Revisão da Literatura

2.1 Ações Afirmativas

As ações afirmativas atuam por intermédio de medidas compensatórias, com vistas a corrigir a discriminação e a desigualdade enfrentada por grupos sociais que, historicamente,



ficam à margem do sistema educacional e do mercado de trabalho (Holzer & Neumark, 2000). Já Fischer e Massey (2007) inferem que apesar de as políticas de ações afirmativas apresentarem implicações positivas e negativas para os estudantes minoritários, elas operam, em equilíbrio, para melhorar o desempenho acadêmico destes estudantes. A prática de ações afirmativas traz um benefício evidente para os discentes assistidos por elas, assim como tende a elevar o potencial de obtenção de benefícios futuros.

Especificamente, do ponto de vista institucional da UFMG, as ações afirmativas propostas pela mesma assumem particular importância ao propor o desenvolvimento de um conjunto articulado de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes em suas necessidades, em seu rendimento acadêmico e no enriquecimento de sua permanência na Universidade (UFMG, 2020).

No tocante às especificidades da Lei de Cotas, Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, adotada pela UFMG a partir do vestibular do ano de 2013, compete informar que, em seu primeiro artigo, está disposto que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) deverão reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Ademais, o parágrafo único do supracitado artigo elucida que no preenchimento das vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário mínimo e meio) per capita. A referida Lei, sancionada em agosto de 2012, teve sua aplicação inicial no processo seletivo para ingresso em 2013, em todas as Instituições Federais, tendo sua implementação concluída no processo para ingresso no ano de 2016, pois em seu artigo 8º determina que seja implementado, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas a cada ano, tendo o prazo máximo de 4 (quatro) anos para o cumprimento integral (Nonato, 2018).

Na Figura 1, sintetizam-se as modalidades e os percentuais de cotas adotados no Estado de Minas Gerais:

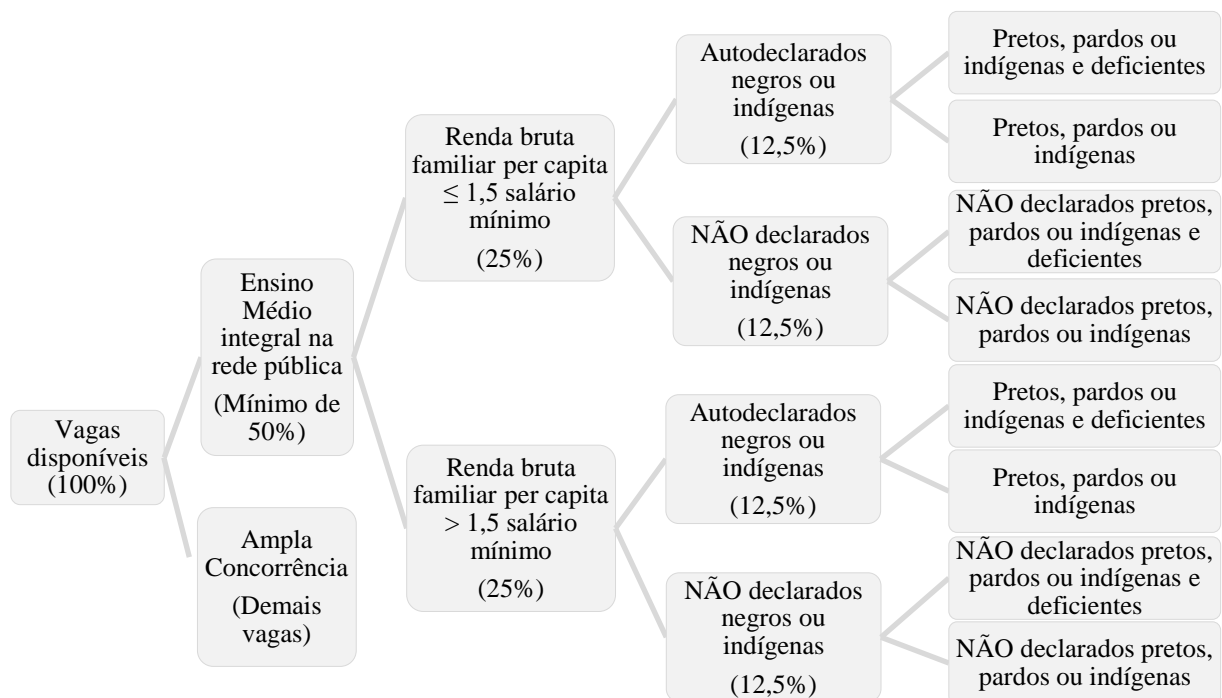


Figura 1. Modalidades de reserva de vagas

Fonte: Elaborada pelos autores.



Assim, diante da adoção de políticas de ações afirmativas e suas possíveis implicações, torna-se relevante entender os possíveis desdobramentos com o tema desempenho acadêmico.

2.2 Desempenho Acadêmico

Jiménez (2000) elucida que o desempenho acadêmico contempla variáveis intervenientes: aspectos docentes, relação professor-aluno, entorno familiar, dentre outras, sendo um construto que não abrange apenas atitudes e motivações dos alunos.

Conforme destacam Miranda, Mamede, Marques e Rogers (2014), a descrição das pesquisas sobre desempenho acadêmico é densa e aponta que existem fatores externos e internos à unidade escolar correlacionados com a excelência do desempenho do aluno. Vianna (2000) infere que o processo de avaliação na área da educação vem recebendo maior atenção dos pesquisadores em várias perspectivas, o que está relacionado ao crescimento do ensino superior no país nas últimas décadas, principalmente, nos anos 2000.

Outra vertente importante nessa questão do desempenho diz respeito à expansão no número de matrículas no ensino superior nas últimas décadas. Alguns fatores explicam esse cenário, tais como: a expansão da rede privada de ensino, o crescimento do ensino a distância e a implantação de programas expansionistas propostos pelo governo. É cada vez mais presente a diversidade em sala de aula, sendo marcada pelos diferentes processos de inclusão, o que faz com que muitos desafios sejam enfrentados. Por isso, destaca-se a necessidade de avaliar se a evolução ocorrida no número de matrículas é acompanhada pela qualidade de ensino, o que pode ser mensurado pelo rendimento acadêmico (Miranda *et al.*, 2015).

Conclui-se, conforme destacam Araújo, Camargos, Camargos e Dias (2013), que existem vários aspectos que podem afetar o desempenho final obtido nas disciplinas cursadas pelos discentes. Alguns podem ser de fácil mensuração, enquanto outros de maior dificuldade.

2.3 Estudos Pregressos e Hipótese de Pesquisa

Harper, Patton e Wooden (2009) avaliaram o acesso e a equidade no ensino superior nos Estados Unidos, com o enfoque na questão racial e nos principais problemas enfrentados pela população afrodescendente americana. Foi feita uma análise histórica e de políticas criadas para a melhoria das taxas de ingresso e conclusão dos cursos de graduação. Os autores identificaram várias áreas que requerem atenção política urgente no que diz respeito ao acesso à equidade no ensino superior. Eles apresentaram questões contemporâneas que devem permanecer nas agendas dos formuladores de políticas públicas, administradores de faculdades e universidades e outros que estão preocupados com a educação dos afro-americanos. Destaca-se, também, a importância das análises críticas e contínuas de políticas públicas que supostamente foram implementadas para melhorar os resultados educacionais para a população alvo do estudo, visto que muitas delas têm regredido nos últimos anos.

Já Lopes, Theóphilo, Santiago, Reis e Dias (2010) analisaram a trajetória acadêmica dos alunos ingressantes no período de 2003 a 2006 no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Os autores descreveram o perfil dos alunos, segregados pela forma de ingresso, analisando o desempenho acadêmico. A amostra foi composta por 272 estudantes. Dentre os achados da pesquisa, constataram-se que dos 272 alunos ingressantes, apenas 58,5% concluíram o curso no tempo regular. O sexo feminino apresentou o maior percentual de conclusão, menor percentual de permanência prolongada e evasão. Quanto ao desempenho dos alunos de acordo com a forma de acesso, o maior índice de repetência concentrou-se nos que ingressaram pelo sistema de cotas. Ademais, os cotistas apresentaram uma maior dificuldade em finalizar determinadas disciplinas, o que permitiu inferir que possuem um menor desempenho quando comparados aos demais.



Queiroz, Miranda, Tavares e Freitas (2015) verificaram se existiam diferenças significativas no desempenho de alunos ingressantes por meio de cotas sociais e raciais em comparação aos ingressantes pela modalidade ampla concorrência na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A amostra do estudo foi composta por 2.418 alunos, ingressantes nas 78 opções de cursos de graduação ofertadas pela UFU no primeiro semestre de 2013. Os autores verificaram que, entre as modalidades criadas para atender a Lei n. 12.711/12, não existe diferença significativa quando comparadas à modalidade da ampla concorrência. Permitiu-se afirmar que a Lei de Cotas não influenciou o rendimento dos alunos da instituição estudada, o que reforça que o critério de seleção dos discentes é capaz de escolher os mais bem preparados e garantir a formação com qualidade dos futuros profissionais.

Por sua vez, Belote, Alves, Venâncio e Silva (2018) trataram o tema desenvolvendo um paralelo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal mineira considerando aspectos curriculares. Foram analisadas as médias das notas dos alunos nas diversas modalidades de ingresso na universidade, referentes às disciplinas dos três núcleos de formação do contador, a saber: formação básica, formação profissional e formação teórico-prática. O período de análise compreendeu os anos de 2013 a 2016. Pela interpretação dos resultados, foi possível apontar variações nas médias dos alunos cotistas e não cotistas nas disciplinas dos três núcleos de formação analisados.

Após essa revisão dos estudos pregressos, é possível inferir quão densa e repleta de possibilidades pode ser a abordagem da temática tratada nesta pesquisa, o que baliza a abordagem tratada no presente estudo. Portanto, diante das possibilidades de estudo do tema desempenho acadêmico, particularmente sobre o enfoque em conteúdos específicos de Contabilidade, e da sua possível relação com políticas de ações afirmativas, foi elaborada a hipótese a ser testada nesta pesquisa, conforme detalhada: *H₀: Não há diferença estatisticamente significativa entre o desempenho acadêmico mediano em disciplinas específicas de Contabilidade dos estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa e dos não beneficiados.*

3. Metodologia

3.1 Classificação da Pesquisa, População, Amostra e Coleta dos Dados

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. No que concerne à estratégia adotada, pode-se classificar este estudo como bibliográfico e documental. Já no tocante à abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como quantitativo.

A população do estudo contempla os estudantes de graduação em Ciências Contábeis matriculados na UFMG entre os anos de 2005 e 2019. O acesso à base de dados foi disponibilizado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG, o que permitiu analisar o desempenho real obtido pelos discentes. Para selecionar a amostra, os estudantes foram separados em dois grupos em cada disciplina escolhida, sendo o primeiro grupo composto por alunos que ingressaram no curso de Ciências Contábeis da UFMG sem benefício de alguma política de ação afirmativa, denominados, para fins de aplicação dos testes, de *Não Beneficiados* e o outro grupo formado por estudantes que ingressaram com benefício de alguma modalidade de ação afirmativa, denominados como *Beneficiados*.

Para a escolha das disciplinas observou-se o que dispõe a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, em seu artigo 5º, acerca dos seguintes campos interligados de formação do curso de Ciências Contábeis:



- I. Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II. Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III. Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

(Resolução CNE/CES 10, 2004, artigo 5º, p. 3)

O item II do supracitado artigo condensa os conteúdos de formação profissional, os quais estão relacionados a estudos específicos acerca das Teorias da Contabilidade, o que balizou a escolha de disciplinas que se encaixariam dentro desse conteúdo programático. Assim, ao analisar a estrutura curricular vigente do curso, relativa ao ano de 2013, optou-se por escolher quatro disciplinas, ofertadas respectivamente nos quatro primeiros semestres letivos, de natureza obrigatória, que abarcam um denso conteúdo de Contabilidade e que contemplam desde o primeiro contato do estudante com uma disciplina de Contabilidade, em Contabilidade I, até o contato com a disciplina do quarto período, Contabilidade IV, que é pré-requisito de oito matérias posteriores (FACE, 2020a).

Destarte, as disciplinas analisadas e seus objetivos são elencados na Figura 2, conforme previstos nos respectivos planos de ensino (FACE, 2020b):

Disciplina	Objetivo da Disciplina
Contabilidade I	Introduzir o conhecimento de contabilidade no contexto empresarial, dentro de uma visão holística da economia e de ciência aplicada, desenvolvendo habilidades e competências contábeis básicas inerentes e necessárias ao profissional contábil.
Contabilidade II	Identificar, mensurar e registrar as principais contas contábeis dos grupos de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, bem como o impacto da legislação societária nesse processo, para fins de elaboração de Demonstrações Contábeis (Financeiras) como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a DMPL e as notas explicativas.
Contabilidade III	Identificar, mensurar e registrar as principais transações contábeis referentes aos tópicos de contabilidade, bem como o impacto da legislação societária nesse processo, para fins de elaboração de Demonstrações Contábeis (Financeiras).
Contabilidade IV	Oferecer elementos teóricos, práticos e metodológicos para o estudo de temas avançados de contabilidade financeira.

Figura 2. Disciplinas específicas de Contabilidade

Fonte: Elaborada pelos autores.

A faixa de pontuação em cada disciplina varia entre 0 e 100 pontos e foi adotada a nota alcançada pelo estudante na primeira vez em que ele tenha cursado cada uma delas. Além disso, para a composição das amostras de cada disciplina, realizou-se as seguintes exclusões: i) estudantes que ingressaram antes do ano de 2005; ii) estudantes infrequentes; iii) estudantes com situação de trancamento, dispensa ou cancelamento da disciplina; iv) estudantes com situação ao final do semestre “excluído”; e v) estudantes que não ingressaram via processo seletivo. Por fim, em Contabilidade I a amostra foi composta por 737 estudantes, em Contabilidade II por 654 estudantes, em Contabilidade III por 627 e Contabilidade IV por 573 estudantes.

3.2 Testes de Médias e Técnicas de Análise de Dados

Neste estudo, optou-se por fazer uso de teste não paramétrico que, por sua vez, permite formular hipóteses sobre características qualitativas da população, podendo ser aplicado para dados de natureza qualitativa, em escala nominal ou ordinal. Uma vantagem da utilização de um teste não paramétrico diz respeito ao fato da não exigência de premissas rígidas sobre a população. Particularmente, métodos não paramétricos não exigem a normalidade dos dados da população. O teste adotado foi o de *Kruskal-Wallis*, que pressupõe k amostras independentes e mensuração em nível ordinal. A hipótese nula do teste assume que k amostras sejam oriundas da mesma população ou de populações idênticas com a mesma mediana (τ), enquanto a hipótese alternativa assume que há diferença entre a mediana (τ) de k amostras provenientes de populações idênticas (Fávero & Belfiore, 2017).

O nível de significância (α) adotado foi o de 5%. Por sua vez, os testes de diferença de médias foram feitos com a utilização do *software STATA 14.0*®.

4. Análise dos Resultados

4.1 Estatísticas Descritivas

Após a tratativa dos dados e separação dos grupos entre estudantes *Não Beneficiados* e *Beneficiados*, calculou-se algumas medidas de dispersão (Tabela 1) acerca das disciplinas específicas de Contabilidade.

Tabela 1. Medidas de dispersão para disciplinas específicas de Contabilidade

	Obs.	Média	Mediana	Variância	Desvio-padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
Contabilidade I								
Não Beneficiados	446	60,35	68,50	718,23	26,80	0,44	0,00	100,00
Beneficiados	291	62,55	70,00	722,79	26,88	0,43	0,00	100,00
Contabilidade II								
Não Beneficiados	409	63,45	65,00	312,91	17,69	0,28	5,00	100,00
Beneficiados	245	66,76	69,00	300,57	17,34	0,26	9,00	100,00
Contabilidade III								
Não Beneficiados	421	66,56	69,00	469,39	21,67	0,33	0,00	100,00
Beneficiados	206	66,27	69,00	490,08	22,14	0,33	0,00	100,00
Contabilidade IV								
Não Beneficiados	394	69,19	70,00	184,83	13,60	0,20	8,00	99,00
Beneficiados	179	70,39	71,00	190,23	13,79	0,20	27,00	95,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 aponta um desempenho, em média, levemente superior para o grupo dos estudantes beneficiados por políticas de ações afirmativas quando analisadas as disciplinas Contabilidade I e Contabilidade IV. Já em relação à disciplina Contabilidade III os estudantes ingressantes não beneficiados com políticas de ações afirmativas obtiveram, em média, um desempenho minimamente superior. Por sua vez, a disciplina Contabilidade II apresentou uma média de desempenho um pouco maior para os estudantes beneficiados, sendo a média aferida em 66,76, em contrapartida à média de 63,45 dos ingressantes não beneficiados, o que representa uma variação de aproximadamente 5%. A mediana seguiu a mesma tendência de comportamento apresentada pela média, sendo a maior diferença observada na disciplina Contabilidade II. Acrescenta-se, ainda, que há uma proximidade entre os valores dos desvios-

padrão e dos coeficientes de variação entre os grupos de estudantes para cada disciplina analisada, o que indica uma similaridade da variação dos valores dos desempenhos em torno da média.

Em completude, com vistas a melhor ilustrar o comportamento das notas dos grupos de estudantes beneficiados com políticas de ações afirmativas e dos não beneficiados, elaborou-se a Figura 3:

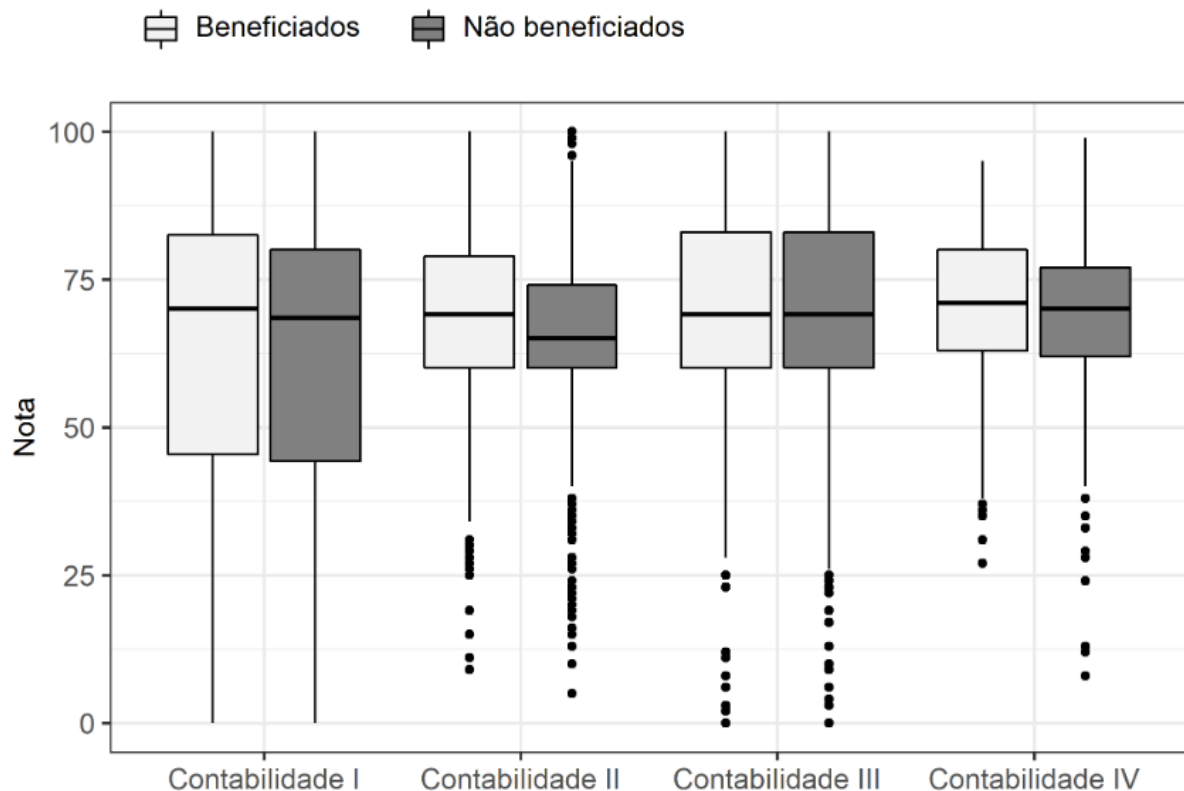


Figura 3. Comparativo das notas das disciplinas específicas de Contabilidade
 Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise a partir da Figura 3 sinaliza que a mediana observada na disciplina Contabilidade II para o grupo dos estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa é maior do que a mediana do grupo dos estudantes não beneficiados, estando em consonância com as medidas de dispersão apresentadas na Tabela 1. Nas disciplinas Contabilidade I, Contabilidade III e Contabilidade IV nota-se uma maior similaridade entre os valores medianos das notas alcançados pelos dois grupos de estudantes, sendo observado um maior equilíbrio na disciplina Contabilidade III. A princípio, considerando todas as disciplinas observadas, na maior parte delas o desempenho mediano encontrado é similar entre os dois grupos.

4.2 Diferenças entre os Grupos Beneficiados e não Beneficiados

Para a apresentação dos resultados, chegou-se à formulação das hipóteses dos testes de *Kruskal-Wallis* realizados:

$$H_0: \tau_1 = \tau_2 \quad \text{Vs.} \quad H_1: \tau_1 \neq \tau_2$$

Em que:

- H_0 : Não há diferença estatisticamente significativa entre o desempenho acadêmico mediano em disciplinas específicas de Contabilidade dos estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa e dos não beneficiados;
- H_1 : Há diferença estatisticamente significativa entre o desempenho acadêmico mediano em disciplinas específicas de Contabilidade dos estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa e dos não beneficiados;

O nível de significância adotado é o de 5% e caso a probabilidade associada à estatística calculada seja menor do que o nível de significância, rejeita-se a hipótese nula. Os resultados para os testes realizados, considerando duas amostras para cada disciplina, encontram-se indicados na Tabela 2:

Tabela 2. Resultados dos testes de *Kruskal-Wallis* para disciplinas de Contabilidade

	Contabilidade I	Contabilidade II	Contabilidade III	Contabilidade IV
Grupo	Obs.	Obs.	Obs.	Obs.
Não Beneficiados	446	409	421	394
Beneficiados	291	245	206	179
qui-quadrado	2,056	7,200	0,087	1,955
p-valor	0,1517	0,0073	0,7678	0,1621
qui-quadrado com empates	2,057	7,208	0,087	1,958
p-valor	0,1515	0,0073	0,7677	0,1617

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em dados extraídos do *software* Stata®.

Pela análise dos resultados das probabilidades encontradas, infere-se que para as disciplinas Contabilidade I, Contabilidade III e Contabilidade IV não há diferença estatisticamente significativa entre o desempenho acadêmico mediano dos estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa e dos não beneficiados, dado o fato da não rejeição da hipótese nula. No entanto, a probabilidade calculada para a disciplina Contabilidade II indica a rejeição da hipótese nula, o que sinaliza uma diferença entre o desempenho mediano de estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa e dos não beneficiados, o que vai ao encontro dos valores médios dos desempenhos calculados na Tabela 1, uma vez que a disciplina Contabilidade II apresentou a maior variação do desempenho entre estudantes beneficiados e não beneficiados, sendo que os beneficiados tiveram um rendimento superior.

De modo geral, na maior parte das disciplinas específicas de Contabilidade analisadas, os testes indicam que não há diferença estatisticamente significativa entre o desempenho mediano de beneficiados e não beneficiados, sugerindo uma possível semelhança entre o desempenho dos dois grupos. Em sinergia, os achados de Ferreira (2019) sugerem que políticas de ações afirmativas de permanência tendem a promover igual oportunidade de desempenho na graduação.

5. Considerações Finais

No cenário educacional contábil brasileiro, estando em destaque com uma notória posição no *ranking* de matrículas de cursos nacionais, tornou-se relevante buscar compreender como o desempenho acadêmico poderia ser afetado pela adesão de políticas de ações afirmativas, dado que, apesar da existência de críticas, a adoção de ações afirmativas poderia inserir no ensino superior estudantes com desempenho satisfatório.

Nesse contexto, este estudo se propôs a identificar quais as diferenças entre o desempenho acadêmico mediano dos estudantes beneficiados com alguma política de ação



afirmativa e dos não beneficiados, quando analisadas disciplinas específicas do curso de Contabilidade. A população do estudo englobou os estudantes de graduação em Ciências Contábeis matriculados na UFMG entre os anos de 2005 e 2019. A escolha das disciplinas analisadas pautou-se nos conteúdos de formação profissional, os quais estão relacionados a estudos específicos acerca das Teorias da Contabilidade, tendo sido a amostra final composta por 737 estudantes em Contabilidade I, 654 estudantes em Contabilidade II, 627 estudantes em Contabilidade III e 573 estudantes em Contabilidade IV.

Com a aplicação do teste de *Kruskal-Wallis*, para a maior parte das disciplinas, não se identificou diferença estatisticamente significativa entre os desempenhos medianos dos estudantes beneficiados e não beneficiados com alguma política de ação afirmativa, o que indicou a possibilidade de similaridade de desempenho entre os dois grupos. Tal constatação permite inferir que a adoção de políticas de ações afirmativas não influenciou, para a amostra analisada, o rendimento dos alunos matriculados em Ciências Contábeis na UFMG. Tais achados relacionam-se com o estudo de Queiroz *et al.* (2015), o qual inferiu que a adoção da Lei de Cotas não afetou o rendimento dos discentes, sendo que os critérios de seleção para ingresso no ensino superior permitem a entrada de discentes preparados e com potencial para se tornarem profissionais com qualidade.

Ademais, a única disciplina que apresentou diferença estatisticamente significativa entre o desempenho mediano dos grupos de estudantes analisados foi Contabilidade II, sendo que, pela análise das estatísticas descritivas, identificou-se uma média maior para estudantes beneficiados com alguma política de ação afirmativa, o que vai de encontro ao estudo de Lopes *et al.* (2010), o qual havia relatado que estudantes cotistas apresentavam um menor desempenho quando comparados aos demais.

Diante de tais resultados, é relevante destacar as contribuições que este tipo de estudo traz à tona. Ao avaliar o desempenho real, esta pesquisa contribui para avaliar os possíveis impactos trazidos pelos novos ingressantes no ensino superior de Contabilidade, o que subsidia o processo de tomada de decisão das instituições. Além disso, no campo da educação, o estudo contribui ao aumentar as abordagens previstas na literatura, trazendo achados alicerçados empiricamente em uma base de dados sólida e explorada com técnicas estatísticas.

O estudo apresenta limitações em relação à seleção da amostra, devido à sua característica não probabilística. Para pesquisas futuras recomenda-se uma análise com a proposição de modelos que agrupem disciplinas por conteúdos programáticos, com vistas a analisar separadamente cada núcleo de formação do curso de Ciências Contábeis.

Referências

- Araújo, E.A.T., de Camargos, M.A., Carmargos, M.C.S., & Dias, A.T. (2013). Desempenho Acadêmico de Discentes do Curso de Ciências Contábeis: Uma análise dos seus fatores determinantes em uma IES Privada. *Contabilidade Vista e Revista*, 24(1), 60-83.
- Barbosa Neto, J. E. (2016). *Comprometimento dos estudantes dos cursos de ciências contábeis*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo.
- Belote, G. S., Alves, P. M., Venâncio, V. C., & Silva, D. M. (2018). Desempenho de alunos cotistas e não-cotistas do curso de Ciências Contábeis de uma IES Pública Federal: análise comparativa considerando aspectos curriculares. In: Encontro de Gestão e Negócios. *Anais...* Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.



- Cavalcanti, I. T. N. (2015). *Análise do diferencial de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo propensity score matching* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.
- Clève, C. M. (2016). Ações Afirmativas, justiça e igualdade. *Revista digital de direito administrativo*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 3, p. 542-557.
- Faculdade de Ciências Econômicas – FACE (2020a). *Colegiado de Ciências Contábeis: Estruturas Curriculares*. Recuperado de <https://docs.face.ufmg.br/public/colegiados-ciencias-contabeis-estruturas-curriculares>.
- Faculdade de Ciências Econômicas – FACE (2020b). *Programas: Ciências Contábeis / 2020 / 1*. Recuperado de <https://docs.face.ufmg.br/public/programas-ciencias-contabeis>.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados. Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação Afirmativa: Conceito, História e Debates*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Ferreira, L. R. (2019). *Efeitos das ações afirmativas na permanência e desempenho do estudante, sob a ótica da teoria da justiça: Um estudo em uma Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil.
- Fischer, M. J., & Massey, D. S. (2007). The effects of affirmative action in higher education. *Social Science Research*, v. 36, p. 531-549.
- Golgher, A. B., Amaral, E. F. L., & Neves, A. V. C. (2015). Desempenho acadêmico dos estudantes da UFMG: Uma análise da política de bônus sociorracial. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 14, n. 26, p. 120-145.
- Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA (2020). *O que são ações afirmativas?* Recuperado de <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>.
- Harper, S. R.; Patton, L. D.; & Wooden, O. S. (2009). Access and equity for african american students in higher education: a critical race historical analysis of policy efforts. *The Journal of Higher Education*, Ohio, v. 80, n. 4, p. 389-414.
- Holzer, H.; & Neumark, D. (2000). Assessing affirmative action. *Journal of Economic Literature*, v.38, n.3, p.483-568.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019). *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2017*. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020a). *Censo da Educação Superior - Notas Estatísticas 2019*. Recuperado de



https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020b). *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2018*. Recuperado de https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2018.pdf.

Jiménez, M. (2000). Competencia social: intervención preventiva en la escuela. *Infancia y sociedad*. Universidad de Alicante, [S.l.], v. 24, p. 21-48.

Kleinke, M. U. (2006). *O Vestibular Unicamp e a Inclusão Social: Experiências e Perspectivas*. Campinas: Comissão Permanente de Vestibulares, 2006 (mimeo.). Recuperado de <https://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo7.pdf>.

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

Lopes, M. A. S., Theóphilo, C. R., Santiago, W. P., Reis, S. M., & Dias, E. C. M. (2010). Análise do desempenho acadêmico dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES pela forma de ingresso: cotistas e não-cotistas. In: Congresso Brasileiro de Custos, 17, *Anais...* Belo Horizonte/MG.

Miranda, G. J., Lemos, K. C. S., Oliveira, A.S., & Ferreira, M. A. (2015). Determinantes do Desempenho Acadêmico na Área de Negócios. *Revista Meta: Avaliação*, 7(20), 175-209.

Miranda, G. J., Mamede, S.P.N., Marques, A.V.C., & Rogers, P. (2014). Determinantes do Desempenho Acadêmico em Ciências Contábeis: Uma Análise de Variáveis Comportamentais. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14, 2014. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2014. CD-ROM.

Nonato, B. F. (2018). *Lei de Cotas e SisU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais*. Tese de Doutorado. UFMG.

Queiroz, Z. C. L. S., Miranda, G. J., Tavares, M., & Freitas, S. C. (2015). A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, (online), Brasília, v. 96, n. 243, p. 299-320.

Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf.

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2020). *Ações Afirmativas*. Recuperado de <https://ufmg.br/vida-academica/acoes-afirmativas>.



Vianna, H. M. (2000). *Avaliação educacional*. São Paulo: IBRASA.

Weisskopf, T. E. (2008). A experiência da Índia com a ação afirmativa na seleção para o ensino superior. In: Feres Júnior, J. F., Zoninsein, J. (Orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 35-60.